



génese e organização das Misericórdias

ACTAS das
I Jornadas de
Estudos
da Misericórdia
Arcos de Valdevez



SANTA CASA
MISERICÓRDIA DE ARCOS DE VALDEVEZ

génese e organização das Misericórdias

Ⓛ Jornadas de
Estudos
da Misericórdia
Arcos de Valdevez

ACTAS

21
NOV.
2009

Auditório da Casa das Artes
Arcos de Valdevez



SANTA CASA
MISERICÓRDIA DE ARCOS DE VALDEVZ

Ficha Técnica:

PROPRIEDADE E EDIÇÃO:

Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez

PROVEDOR:

Dr. Francisco Rodrigues de Araújo

COORDENADORAS:

María Odete Ramos
María Lúcia Afonso

FOTOGRAFIAS:

Eduardo Pimenta
Foto Beleza - Arcos de Valdevez

DESIGN:

Pedro Cardoso

CONCEPÇÃO GRÁFICA:

JotaSá - Arcos de Valdevez

TIRAGEM:

200

DEPÓSITO LEGAL:

329141/11

PROGRAMA

- 09h30 Recepção e entrega de documentação aos participantes.
- 10h00 **Sessão de abertura.**
Dr. Francisco Rodrigues de Araújo, Provedor da Santa Casa da Misericórdia e Presidente da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez.
- 10h30 **Dr.ª Maria Lúcia Lopes Afonso**, (Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez).
A documentação do Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez: tipologia e estado de conservação.
- 10h45 Intervalo.
- 11h00 **Comunicações e Debate.**
- Prof. Doutor Francisco Ribeiro da Silva**, (Universidade do Porto).
O "Regimento do Hospital da Misericórdia de Arcos de Valdevez".
- Dr.ª Maria Odete Neto Ramos**, (Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez).
A Capela da Senhora da Humildade: fundação, construção e gestão da sua herança (1595-1650).
- Prof. Doutor Vítor Teixeira**, (Universidade Católica).
Título a designar.
- 12h30 Intervalo para almoço.
- 15h00 **Comunicações e Debate.**
- Prof.ª Doutora Maria Marta Lobo de Araújo**, (Universidade do Minho).
Rituais festivos nas Misericórdias do Alto Minho (séculos XVI-XVIII).
- Dr.ª Maria das Dores de Sousa Pereira**.
Entre ricos e pobres: a actuação da Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca (1630-1800).
- 16h00 Intervalo.
- 16h20 **Comunicações e Debate.**
- Dr.ª Paula Sofia Costa Fernandes**, (Arquivo Municipal de Penafiel).
Da fundação à consolidação, um século na vida da Misericórdia de Arrifana de Sousa.
- Dr. António Magalhães**.
Os funerais nas práticas de caridade da Misericórdia de Viana da Foz do Lima (séculos XVI-XVIII).
- 21h30 **Concerto de Música Sacra pelo Quinteto de Metais LXBrass.**
Igreja da Misericórdia de Arcos de Valdevez.

A abundante produção historiográfica dos tempos mais recentes sobre as Misericórdias tem realçado o papel destas importantes confrarias enquanto palco de actuação das elites e destacado em simultâneo o seu desempenho como casas de caridade. Neste esforço de desenvolvimento da investigação sobre estas instituições ganharam espaço os actores enquanto doadores e receptores de assistência, bem como as práticas de caridade, tendo-se hoje uma noção mais precisa e alargada quer da pobreza, quer da caridade em Portugal durante a Idade Moderna.

Apesar do avanço já conseguido, faltam, na minha opinião, ainda aclarar e aprofundar outros aspectos que passam, por exemplo, pela análise dos rituais festivos, para ficarmos apenas pela temática que hoje nos preocupa.

As Misericórdias cumpriram ao longo dos séculos XVII e XVIII rituais, ficando alguns deles associados a festividades. Neste trabalho debruçamo-nos somente sobre os rituais festivos ocorridos na Quaresma deixando de fora quer o dia de Santa Isabel, quer os Santos¹ e o Natal, para falar apenas nos mais importantes. Todavia, existiam outros momentos, igualmente ritualizados com festas, da responsabilidade destas instituições ou criados por legados que nelas foram instituídos. Restringimos também a nossa análise ao Alto Minho, embora saibamos que todas as Misericórdias promoviam importantes rituais festivos.

* Docente do Departamento de História da Universidade do Minho. Membro do CITCEM.

¹ Veja-se a propósito Maria Marta Lobo de Araújo, *Rituais de caridade na Misericórdia de Ponte de Lima (séculos XVII-XIX)*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2003, pp. 127-185.

As festas ocuparam no tempo do Barroco um lugar de grande centralidade. Ocasões de veneração de santos e de intensa vivência religiosa, as festas serviam também para extravasar emoções, reforçar amizades e estreitar sentimentos de pertença, estreitando laços e criando teias de cumplicidade. Eram momentos de grande investimento comemorativo que falavam sobre a instituição promotora e através deles se podia subir ou descer na cotação social. Todas as instituições religiosas festejavam a Quaresma e dedicavam uma parte muito significativa das suas receitas às festividades que promoviam.² Embora as Misericórdias portuguesas fossem instituições laicas de “imediata protecção régia” mantinham uma ligação estreita com a Igreja, sendo responsáveis por uma intenção prática religiosa e pela promoção de variadíssimas festas. A realização de festas conferia às Santas Casas “uma importância acrescida no programa de afirmação perante o meio em que se inseriam”.³

As maiores festividades que as Misericórdias do Alto Minho promoviam ocorriam na Quaresma. Todas as 10 Santas Casas desta região promoviam as procissões de quinta-feira das Endoenças e participavam quer na dos Passos, quer na de sexta-feira Santa.

As festas quaresmais eram pautadas por celebrações religiosas realizadas ao longo deste período, incluindo procissões, missas e sermões.

As festividades que se celebravam na semana santa eram momentos agregadores, reunindo muita gente, quer dos núcleos urbanos, quer dos rurais. As igrejas enchiam-se de gente, mas o adro, as ruas e os itinerários por onde passavam os cortejos processionais aglomeravam também multidões de crentes. Era tempo de pausa nos trabalhos e de maior dedicação ao espiritual, ao divino, a quem se agradeciam graças e se renovavam os pedidos de protecção e ajuda. Estas festividades religiosas ritmavam a vida das sociedades e constituíam importantes momentos de paragem nos trabalhos quotidianos⁴.

² Sobre o investimento das Ordens Terceiras de Braga e São Paulo nas celebrações da Quaresma consulte Juliana de Mello Moraes, *Viver em penitência: os irmãos terceiros franciscanos e as suas associações, Braga e São Paulo (1672-1822)*, Braga, Universidade do Minho, 2009, pp. 251-275; 497-511, dis. de doutoramento policopiada.

³ Leia-se António Magalhães Ribeiro da Silva, *Práticas de caridade na Misericórdia de Viana da Foz do Lima (séculos XVI-XIX)*, 2º volume, Braga, Universidade do Minho, 2009, p. 940, dis. de doutoramento policopiada.

⁴ Consulte-se para esta temática Edward Muir, *Fiesta y rito en la Europa Moderna*, Madrid, Editorial Complutense, 2001, pp. 58-59.

Os tempos de dedicação à Igreja proporcionavam também encontros entre conhecidos, novos relacionamentos e ocasiões de convívio entre os participantes, gerando momentos de sociabilidades importantes entre os membros da Misericórdia e entre estes e os que se encontravam presentes⁵.

Durante a Quaresma, as Santas Casas envolviam-se em várias celebrações festivas, mas era na semana santa que se realizavam as mais importantes.

Na quinta-feira, as Misericórdias efectuavam uma procissão grandiosa e como terminava já de noite eram necessários fogaréus para iluminar o caminho. Estas procissões concorriam para aumentar as despesas das confrarias, uma vez que o investimento que se fazia era grandioso. Em primeiro lugar é preciso recordar que só para a iluminação se despendia muito dinheiro: azeite, rezina e breu eram materiais utilizados para os fogaréus, mas a cera era também usada em grande quantidade na igreja e mesmo na procissão.

Principalmente nas festas da Quaresma, as igrejas eram preparadas com especial cuidado, sendo muitas delas juncadas⁶. Colocavam-se também ervas cheirosas. A cera, necessária à ocasião das festas quaresmais, era preparada com antecedência. Quase todas estas confrarias mandavam um homem a Braga comprar cera nova e/ou fundir a velha. Como tudo ou quase tudo era reaproveitado, havia cera que transitava de umas festas para outras, mas era necessário reciclá-la.

As celebrações quaresmais decorriam entre os meses de Março e Abril, não tinham calendário fixo, e eram marcadas pelas festividades do domingo de Passos e pelas cerimónias religiosas de quinta e sexta-feira santa, como já anteriormente referimos.

Todas as festas religiosas eram precedidas de confessos, momentos em que a confraria disponibilizava sacerdotes em número considerado suficiente para confessar os crentes. A Igreja considerava necessário purificar as almas para melhor viver o período da Paixão. Estas cerimónias públicas que decorriam dentro da igreja eram publicitadas com a antecedência devida para que não houvesse faltas. Os momentos de perdão geral dos pecados eram muito encorajados pela igreja católica, que pretendiam expiar as culpas dos que tinham prevaricado.

Em Monção, esta celebração foi comemorada com grande entusiasmo desde sempre.

⁵ Sobre as Misericórdias enquanto geradoras de momentos de sociabilidades leia-se Maria Marta Lobo de Araújo, “As Misericórdias enquanto palcos de sociabilidades no século XVIII”, in *História. Questões e debates*, Curitiba, nº 45, 2006, pp. 155-176.

⁶ Veja-se Milheiro, Manuela. Braga. *A cidade e a Festa no Século XVIII*, Viseu, NEPS, 2003, pp. 313-315.

A documentação atesta os gastos com o azeite para os novelos das procissões e com a lenha para cozer o pão que se distribuía aos pobres⁷.

Os Passos celebravam-se no domingo que dá início à semana santa. Esta festa era festejada em todas as Misericórdias⁸, embora em algumas não atingisse o significado e importância que possuía em Monção. Para as restantes Santas Casa do Alto Minho temos, com excepção de Valença, Melgaço e Valadares, pouca informação sobre a comemoração dos Passos. Em Melgaço, terra igualmente fronteira, a festa era celebrada com a ajuda dos crentes que, através de donativos, contribuía para a sua realização. Mas a Misericórdia efectuava um peditório pelas freguesias do concelho para poder concretizar esta realização festiva⁹.

O mais comum era as Santas Casas efectuarem um maior investimento na quinta e sexta-feira das Endoenças e não nos Passos.

Na maioria destas confrarias, os Passos ocupavam um lugar secundário nas festividades da Quaresma, embora constituíssem uma festa importante.

Para esta festa, em Monção estabelecia-se o itinerário, de forma a percorrer a parte central da vila e a englobar as duas igrejas da Misericórdia: a nova e a velha. O desfile contemplava ainda a capela de Nossa Senhora do Outeiro, situada no Terreiro da vila e albergava a confraria de Nossa Senhora da Conceição, propriedade dos militares¹⁰. Terminava no convento de S. Francisco, passando, entretanto, à porta de algumas pessoas influentes da terra e irmãos da confraria. O itinerário era cuidadosamente estabelecido e obedecia a critérios de exigência e de representação simbólica. A instituição passava somente por locais edificantes, aumentando o seu prestígio e poder.

Desconhecemos se o itinerário se manteve, mas estamos em crer que sofreu alterações ao logo do tempo. Não era raro, os circuitos das procissões estarem sujeitos a algumas mudanças, satisfazendo certas pretensões de igrejas ou ordens religiosas, ansiosas em fazer passar a procissão pela sua igreja, ou mesmo defronte da sua casa.

⁷ Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Monção (doravante ASCMM), *Livro do recebimento e despesas das rendas da casa de São Gião*, nº 16, fl. 29..

⁸ Muitas Misericórdias da metrópole festejavam este dia, tal como acontecia nas congéneres do império. Para a Santa Casa de Macau veja-se Isabel dos Guimarães Sá, *As Misericórdias Portuguesas de D. Manuel I a Pombal*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001, pp. 92-94.

⁹ Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Melgaço, *Livro dos mamposteiros 1724-1783*, fl. 40..

¹⁰ Sobre este assunto consulte-se Ernesto Português, "Os equipamentos. Igrejas e capelas. Arquitectura e arte", in José Viriato Eiras Capela (dir.), in *Monção nas Memórias Paroquiais de 1758*, Braga, Casa Museu de Monção, 2003, p. 244.

Uma nota de 1795 parece demonstrar que os locais por onde passava o cortejo se tinham alterado. Nesta data, a Misericórdia colocava um calvário na igreja do convento dos capuchos, o qual devia ser feito "com toda a decencia, guarnecido de ramos com os Apostolos e a imagem de Cristo e mais papeis com os Quadros da Casa e seriam feitos todos da seguinte forma": um altar "com seu frontal roxo com cortina ao redor do quadro guardando se em tudo a devida decencia que se faz necessaria em um acto tão serio e de religião"¹¹.

Até meados do século XVIII, as menções a esta festa não abundam, embora tenhamos a certeza de que a Santa Casa já a realizava desde há muito tempo. São, portanto, mais frequentes desde a década de quarenta as referências à festa. Esta situação deriva do facto da confraria ter feito um percurso muito difícil na segunda metade do século XVII, por via da guerra da Restauração e só conhecer um período de maior fôlego económico em meados do século XVIII, quando recebeu muitos legados.

Para realizar esta festa, os confrades encomendavam a feitura das capelas a um carpinteiro, normalmente residente na vila, tendo em 1757 contratado os serviços de António José de Araújo e de José Martins, residentes em Monção, pelo preço de 26 mil réis¹².

Constatámos através da documentação que o número de capelas variou ao longo dos anos, aumentando ou diminuindo de acordo com a encomenda que era efectuada e provavelmente também com a disponibilidade financeira da instituição¹³.

A construção de arte efémera não era novidade. Desde tempos remotos que se ganhou o gosto por este tipo de decoração e nos finais da Idade Média atingiu proporções significativas¹⁴.

Esta festa ganhou tal importância a partir de meados do século XVIII, que a Mesa se reunia exclusivamente para tratar da sua realização. Em 1759, os irmãos acordaram que as "capellas dos Santos Passos [...] se repartissem aos Irmãos da Meza na forma que antigamente se praticava, dando cada hum ao dipois à Caza a despeza que fizer para

¹¹ ASCMM, *Livro que ha de servir dos acordons desta Santa Misericordia da villa de Monçom 1774-1815*, nº 12, fl. 119.

¹² ASCMM, *Livro que ha de servir para os acordãos e enlleçoens desta Santa Cazza 1710-1774*, nº 11, fl. 155v.

¹³ Em 1749, foram efectuados o "Passo do Ece Homo", o "Passo da prizão", o "Passo do Horto", o "Passo da Coluna" e o "Passo do Encontro". Todos eram diferentes e correspondiam também a preços distintos..

¹⁴ Leia-se a propósito José Custódio Vieira da Silva, "Arquitectura efémera. Construções em madeira no final da Idade Média", in *Revista da Faculdade de Letras*, II série, vol. VIII, 1991, pp. 266-267.

se lhe mandar pagar pelos rendimentos dela”¹⁵. Apesar de entrarem com o seu dinheiro para pagar despesas, os mesários eram posteriormente reembolsados pela instituição. Quando a Santa Casa decidia fazer a festa punha a concurso a realização das capelas da via-sacra e recebia propostas de carpinteiros. Normalmente, rematava-as quem oferecesse melhor proposta e garantias de um bom trabalho.

A procissão integrava figuras alusivas - os anjos - que desfilavam ao longo de todo o itinerário. Em 1760, a Mesa decidiu comprar “huas targes [...] feitas de papelão pintadas e com suas asteas que servem para levarem os Anjos” ao Dr. Luís Pereira, de Valença, seu proprietário e que as tinha emprestado à confraria em 1757¹⁶. Não as desejando entregar danificadas, a instituição resolveu adquiri-las, também porque lhe faziam falta. Mas se nesta data as figuras eram alugadas em Valença, 30 anos antes elas provinham de Braga, onde um homem pago pela irmandade as ia buscar. A procissão integrava figuras mitológicas, de papelão pintado, bem como figuras religiosas. As figuras alegóricas eram cheias de colmo, tal como se processava em Melgaço.

No final da procissão, as crianças que desfilavam eram agraciadas com doces que lhes eram distribuídos pela Santa Casa.

Em 1763, os Passos foram mandados fazer, ou seja, as capelas foram encomendadas ao carpinteiro que “com mais decencia e comodidade as fizesse”, numa alusão clara à realização de uma cerimónia digna e que fosse louvada. O tesoureiro ficou com a incumbência de resolver este assunto, tendo três mil réis para gastar com a “armação dos Passos”.

Era, normalmente, este irmão que tratava deste assunto, tanto mais que envolvia gastos e era ele que centralizava todos os assuntos financeiros da instituição. A Misericórdia estava disposta a pagar, mas não desejava despende o que lhe solicitavam pelos trabalhos necessários para o cortejo. Por isso, em 1769, “não houve quem os fizesse” pelo preço costumado. O trabalho de armação das capelas acabou por ser entregue a Pascoal Luís Mendes, de Moreira, o qual os rematou pelo custo de 31.200 réis, quantia que a Santa Casa estava disposta a pagar com a condição de as edificar “na forma que se lhe deu os apontamentos”¹⁷. A confraria dispunha de “riscos” para as capelas que anualmente mandava construir para esta festa, criando assim uma imagem de marca

¹⁵ ASCMM, *Livro que ha de servir para os acordãos...*, nº 11, fl. 162.

¹⁶ ASCMM, *Livro que ha de servir para os acordãos...*, nº 11, fl. 171.

¹⁷ ASCMM, *Livro que ha de servir para os acordãos...*, nº 11, fl. 214v.

que desejava manter. Neste ano, algumas cerimónias religiosas foram realizadas na capela-mor da igreja e não em toda a igreja, em virtude da mesma se encontrar em obras.

Como já vinha acontecendo em anos anteriores, os militares também participavam nesta festividade. Havia soldados que faziam “guarda ao trono”, enquanto outros compuseram o telhado da sacristia e da capela-mor, como aconteceu em 1718¹⁸. Em 1760, “por ordem da meza toda a companhia foi buscar os panos [de] asear de Valadares pera a igreja”, tendo recebido por esta tarefa 400 réis¹⁹. A presença do Exército na localidade era fortemente sentida em várias instituições e também na Santa Casa. O seu envolvimento na vida da terra está patente em muitas ocasiões e demonstra-se também nas festas da confraria que se servia dos seus membros para as suas realizações.

Os panos que a instituição mandava vir de Valadares, provavelmente da sua congénere, eram colocados na igreja, criando um grande efeito cénico, bem ao gosto do barroco. As igrejas eram engalanadas e formavam um cenário próprio para a ocasião.

Apesar das exigências que colocava na feitura das capelas para os Passos, em 1771, a instituição mostrava-se desapontada com os serviços dos carpinteiros. Por isso, a Mesa acordou que os Passos fossem contratados com quem melhor e mais barato a servisse, sendo as capelas do calvário, do encontro e da cruz pintadas de preto e as “outras coatro de palla ou de preto a arbitrio de quem as tomasse”. Tudo feito “desentamente e sem paus à mostra nem com trastes endesentes”, porque “serião os Passos avaliados por pessoas inteligentes do seu merecimento”. Soube-se, então, que a cor que podia predominar nas capelas era o preto e que nem sempre o trabalho dos carpinteiros agradava à instituição, devido à sua imperfeição.

No local onde estava montado o calvário era também colocado um sacrário portátil deslocado para o efeito da igreja e posto onde se desenrolava a cerimónia.

Manifestação dominada por uma teatralidade faustosa, a festa não podia ser mal apreciada e deveria continuar a traduzir-se em brilho e esplendor para alimentar o capital simbólico da Santa Casa. Produto de uma vivência de fé, a procissão dos Passos transformou-se numa manifestação barroca bem ao gosto da época, onde para além da vivência religiosa se reflectia a vida social e institucional²⁰.

¹⁸ ASCMM, *Livro de receita e despeza 1710-1748*, nº 21, fl. 232.

¹⁹ ASCMM, *Livro de receita e despeza 1749-1793*, nº 22, fl. 267v.

²⁰ Para este assunto leia-se António Filipe Pimentel, “D. João V e a festa devota: do espectáculo da política à política do espectáculo”, in *A Arte efémera em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2001, p. 158.

Num período em que os sentidos assumiam grande significado e importância, a Misericórdia serviu-se desta festa para impressionar os fiéis, tornando-a numa ocasião memorável.

A Santa Casa preocupava-se com a sua imagem e não estava disposta a ser mal avaliada e objecto de comentários nada abonatórios por parte dos participantes, além de que a festa se destinava a “honrar a majestade divina, as instituições religiosas e as seculares”²¹. Assim, recomendava a colocação de “figuras competentes”, ou seja, edificantes e alertava Pascoal Luís, para efectuar com esmero o trabalho que rematou por 31 mil réis²².

A procissão era cuidadosamente preparada. Tudo planeado e racionalizado, demonstrando a capacidade organizadora da instituição.

O preço pago ao carpinteiro pela feitura das capelas era elevado e demonstrativo da falta de artistas que realizassem a obra mais barato²³.

O desgaste das figuras e dos materiais que serviam nesta festa ocorria, sendo necessário proceder a restauros. Em 1790, mandou-se comprar madeira para os quadros e rectificar as imagens que se consideravam “imperfeitas” para a ocasião.

A festa dos Passos realizava-se ao ar livre e a localização das capelas era determinada pela Santa Casa. Porém, em 1792, a Mesa alterou a sua postura e quebrou um antigo costume, por considerar “a indecência com que se via pelas ruas indecentemente colocados os painéis pelas ruas no dia dos Santos Paços”. Resolveu que os Passos se fizessem nas igrejas e capelas da vila, ficando obrigado cada par de irmãos a “hum paço” e a Santa Casa arcaria com a responsabilidade de pagar tábuas, alfinetes, pregos e outras miudezas necessárias²⁴. Os confrades acordaram enfrentar o problema e solucioná-lo, uma vez que os cinco painéis que possuíam eram “quadros grandes em que estão pintados os Passos da Paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo”²⁵, eram visíveis por todos os crentes que rezavam nas capelas e que permaneciam junto delas enquanto o desfile passava.

²¹ Leia-se a propósito Laura de Mello e Souza “*Festas barrocas e vida quotidiana em Minas Gerais*”, in Isteván Jancsó, Iris Kantor (ord.), *Cultura e sociabilidade na América portuguesa*, vol. I, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2001, p. 195.

²² ASCMM, *Livro que ha de servir para os acordãos...*, nº 11, fl. 228..

²³ Quando em 1772 recebeu uma proposta mais módica, a confraria não hesitou em mudar de carpinteiro e entregou a obra a Caetano Francisco, da vila, pagando 20 mil réis pela obra..

²⁴ ASCMM, *Livro que ha de servir dos acordons desta Santa...*, nº 12, fls. 96, 98..

²⁵ ASCMM, *Tombo dos bens e propriedades da Misericórdia*, nº 1, fl. 85v.

A Santa Casa de Monção procurava conjugar bons serviços com preços baratos e servia-se dos carpinteiros que melhores garantias lhe davam. Ser membro da instituição era um factor de peso e que terá feito com que Pascoal Luís Mendes tenha sido muitas vezes vencedor, apesar de praticar preços elevados, mas que a Santa Casa pagava em parcelas, como se constatou para alguns anos. A instituição também servia os seus membros, fazendo-o de variadas formas. Para os irmãos oficiais era importante poder realizar serviços pagos à confraria, uma vez que frequentemente tinham de deixar os seus empregos para a servir.

Para realizar esta festa, a Misericórdia de Monção tornou-se numa instituição encomendadora de arte efémera.

A Misericórdia encomendava anualmente a “armação dos Passos”, isto é a feitura das “várias estações” e do calvário. Tratavam-se de construções de arte efémera, posteriormente guarnecidas com painéis que a Misericórdia possuía e guardava para a festa do ano seguinte. No final, as capelas eram desmanteladas e a madeira preservada para voltar a ser usada na próxima Quaresma.

Para que nada desmerecesse, a festa era preparada com muita antecedência. Envolveva muita gente, exigia muitos trabalhos e grande empenho por parte dos irmãos, mas também das pessoas contratadas para a ocasião. Chamava-se um homem para tocar o sino e ajudar o sacristão, comprava-se incenso, toalhas de renda, alfinetes, taxas, tochas, velas de cera, vassouras para se proceder à limpeza dentro e fora da igreja, azeite, pagava-se a um homem para tratar dos penitentes e encomendava-se a ajuda da montagem dos Passos a outro. Havia ainda mais um para apanhar as ervas cheirosas e espalhá-las na igreja. Enfim, aumentavam as tarefas e as pessoas para as realizarem.

Todo o interior da igreja era cuidadosamente preparado, desde a água-benta aos paramentos, às alfaias religiosas e às cortinas. A solenidade do acto exigia cuidados especiais com a igreja, por ser o epicentro da festa²⁶.

Na semana santa, estas confrarias realizavam ainda mais uma festa: a de quinta feira das Endoenças e participavam na procissão de sexta-feira. A festa de quinta-feira santa era muito importante em todas as Misericórdias. Tomámos como exemplo a Santa Casa de Ponte de Lima, mas podíamos recorrer a Viana do Castelo ou a Caminha onde esta festividade era também grandiosa.

²⁶ Para este assunto veja-se Maria Fernanda Enes, “*As confrarias do Santíssimo Sacramento e das Almas no âmbito da cultura barroca*”, in Congresso Internacional do Barroco. Actas, vol. I, Porto, Universidade do Porto; Governo Civil do Porto, 1991, p. 282..

Devido à centralidade que Ihe era atribuída, todos os irmãos eram obrigados a integrá-la, porque se pretendia uma cerimónia grandiosa, em que se presenciasse uma instituição organizada, empenhada e que exteriorizava as suas manifestações de fé²⁷. As Misericórdias exigiam uma representação em corpo, sendo punidos os que não apareciam e não justificavam devidamente as suas ausências. Os irmãos desfilavam em alas em lugares previamente determinados, com os seus balandraus e envergando tochas. Esta festa religiosa incluía vários andores e o Pálio, existindo um regimento para a colocação de cada um no lugar que Ihe estava destinado. Era um desfile muito hierarquizado, demarcando lugares e posições, onde se jogava muito do prestígio da instituição promotora. Estas manifestações, por serem públicas, expunham aos olhos de todos o desempenho dos seus realizadores, sujeitando-se a avaliação.

Algumas Misericórdias, para maior solenidade, tinham como prática expor o Santíssimo Sacramento neste dia²⁸.

Para celebrar este dia, estas instituições cuidavam de todo espaço onde decorria a procissão, criando condições de dignidade para que Cristo na hóstia desfilasse debaixo do Pálio, assim como os membros da confraria. Contratavam trabalhadores para o efeito a quem pagavam para cuidarem dos caminhos: limpar as ervas, varrer e alisar o chão. Os percursos eram térreos, sendo necessário criar condições de facilidade de circulação, evitando qualquer percalço. Cuidar do itinerário era tanto mais urgente, quanto se sabia que podia chover, aumentando as dificuldades de circulação e esta procissão só terminava de noite. Mas era ainda significativo devido à representação simbólica do acto e da própria confraria. O espaço por onde desfilava o cortejo devia contribuir para acrescentar merecimento. Impunha-se cuidar dele em função da solenidade do acto²⁹, mas igualmente pelo seu significado em termos locais.

A procissão integrava pessoas que se iam flagelando ao longo do desfile, simbolizando o martírio de Cristo. Procurava-se redimir os pecados desta forma e reviver de maneira directa a dor de Jesus. A flagelação foi corrente neste período e tanto podia ocorrer na intimidade das celas, como nos púlpitos e ser presenciada pelos crentes. Martirizar o

27 Consulte-se Ivo Carneiro de Sousa, "A procissão de quinta-feira santa da confraria da Misericórdia do Porto (1646)", in O Tripeiro, nº 4, 1995, pp. 110-111..

28 Em 1687 a Misericórdia de cascais recebeu autorização do arcebispo de Lisboa para poder expor o Santíssimo sacramento na quinta-feira santa. Confira-se José Pedro Paiva (coord. científico), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. 6, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa; União das Misericórdias Portuguesas, 2007, p. 45..

29 António Camões Gouveia, "Procissões", in Carlos Moreira Azevedo (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 67-72.

corpo para salvar a alma era proclamado pelos agentes da igreja católica, com o objectivo de demonstrar a superioridade do espírito em relação ao corpo.

O espectáculo proporcionava não só efeitos visuais, como objectivava a reprodução dos actos. O som das matracas ouvia-se a uma distância considerável, recordando a todos os presentes e ausentes a necessidade de se penitenciar perante os pecados cometidos.

A Santa Casa de Ponte de Lima fornecia vestes aos penitentes e cuidava deles no fim do desfile, pondo ao seu dispor vinho para curar as feridas e uma pequena refeição para retemperarem forças.

A procissão encerrava este dia, mas no seu decurso, a Santa Casa de Ponte de Lima vivia promovendo outras manifestações de fé e caridade. Neste dia, a Santa Casa realizava um jantar para os pobres e distribuía-lhes roupa, cumprindo um legado de D. Francisco de Lima. O legado, instituído em 1672, prolongou-se pelo século XIX, ajudando um volume grande de necessitados, sendo o número de 12 por ano: seis homens e seis mulheres. Para além deste jantar, a confraria de Ponte de Lima servia ainda um jantar aos presos neste dia e promovia a cerimónia do lava-pés na sua igreja³⁰. Muitas confrarias congéneres agraciavam os pobres com esmolas neste dia, associando a caridade à Paixão de Cristo³¹.

Todas as festas religiosas eram acompanhadas com música. A música acompanhada de canto constitui no período barroco uma parte fundamental das festividades religiosas.

A preocupação das Misericórdias com a música prende-se precisamente com o lugar que Ihe era reservado nas festas, principalmente nas que atraíam muita gente ao espaço onde esta se realizava. Mas esta não ocupava lugar de destaque apenas nas festas. Em todas as realizações religiosas, a música andava associada à palavra e incluía com frequência canto e instrumentos. Nas capelas, nas igrejas paroquiais, conventos e sés a inclusão de música acontecia normalmente nas duas vertentes: canto e instrumentos³².

Desde cedo que são conhecidas as preocupações das Misericórdias com a música, procurando servir-se com bons músicos. Para a festa dos Passos, a Misericórdia de

30 Para uma análise destas festividades veja-se Maria Marta Lobo de Araújo, "Festas e rituais de caridade nas Misericórdias", in Actas do Colóquio Internacional sobre Piedade Popular: sociabilidade - religiosidade e representações, Lisboa, Terramar, 1999, pp. 503-505.

31 Em Esposende, a Misericórdia mandava cozer pão para distribuir aos pobres. Veja-se M. M. da Silva Costa, *A Misericórdia de Esposende e a semana santa, s. I.*, Santa Casa da Misericórdia de Esposende, 1988, p. 28.

32 Para a importância da música nas cerimónias religiosas veja-se João Francisco Marques, "A música religiosa e litúrgica: a longa persistência da polifonia", in Carlos Moreira Azevedo (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 486-487.

Monção mandava vir músicos de Tui³³. Músicos e cantores encontravam-se presentes nas principais festas destas instituições. Em 1718 a Misericórdia de Monção contratou João de Caldas, mestre de solfa, o qual era obrigado a cantar em todas as festas da Casa, ganhando um salário anual de 18 mil réis³⁴.

À medida que iam reunindo condições financeiras, as Santas Casa foram-se apetrechando com bons músicos e instrumentistas, de forma a criar ambientes musicais festivos nas manifestações que promoviam.

Uma outra componente importante das festas eram os sermões.

As pregações tinham como objectivo o incremento da fé e o aumento dos conhecimentos religiosos dos crentes³⁵. Através delas, a Igreja procurava passar os dogmas católicos e chamar a si todos os que andavam afastados e ainda desenvolver virtudes nos fiéis que os levassem à salvação³⁶. Os crentes deviam assistir à exposição da palavra e participar em colectivo nesses momentos que tinham uma função pastoral implícita, como eram os sermões³⁷. Estas pregações assinalavam dias de relevo para a Igreja católica e contavam com grande número de fiéis.

A Misericórdia de Monção procurava ser servida com os religiosos que considerava mais competentes para as pregações. Encomendava geralmente este serviço aos religiosos da vila, tanto mais que a prática sermonária era feita ao longo de todo o ano.

As constituições do arcebispado de Braga de 1697 determinavam que o pregador fosse pessoa “acompanhada com madureza de idade, inteireza de vida e costumes, prudencia, piedade e devoção, qualidades que deviam estar associadas ao “talento de propor a palavra de Deos”³⁸.

Homens preparados e treinados na arte da oratória, os pregadores deviam actuar dentro do enquadramento das constituições sinodais dos bispados e contribuir para o

³³ ASCMM, *Livro de receita e despeza 1611-1625*, nº 17, fl. 160.

³⁴ ASCMM, *Livro que ha de servir para os acordãos...*, nº 11, fl. 26v..

³⁵ Leia-se para esta temática João Francisco Marques, *A parenética portuguesa e a Restauração de 1640-1668*, vol. 1, Porto, 1989, p. 22.

³⁶ Para a função da pregação enquanto veículo transmissor de ideais da Igreja católica leia-se Pedro Pentead, *Peregrinos da memória. O santuário de Nossa Senhora da Nazaré 1600-1785*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa, 1998, pp. 196-201.

³⁷ Consulte-se António Camões Gouveia, “O enquadramento pós-tridentino e as vivências do religioso”, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, quarto volume, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 295.

³⁸ *Constituições Sinodais do arcebispado de Braga...*, p. 313.

aumento da vivência quotidiana da religião³⁹. Os actos de pregação deviam concorrer para fortalecer religiosamente os ouvintes, aconselhando-lhes as virtudes a praticar e os erros a evitar, para de forma segura alcançar a felicidade eterna⁴⁰. Num mundo onde a cultura oral ocupava um lugar de relevo, o sermão ganhava maior importância por difundir ideias e influenciar comportamentos⁴¹.

Como eram instituições poderosas, as Misericórdias tinham a faculdade de escolher quem consideravam melhor para o desempenho, satisfazendo assim as expectativas que tinham para o momento. Recorriam aos conventos das localidades, mas também podiam encomendar os sermões a outros pregadores que consideravam afamados e correspondiam ao modelo que desejavam seguir nestas ocasiões.

Vivendo momentos de grande pujança financeira, embora alguma já apresentassem sinais de crise, as Misericórdias tornaram-se no período barroco em instituições promotoras de rituais festivos de grandiosa envergadura, associando-os à distribuição de esmolas e combinando a ritualização da caridade com a festa.

³⁹ Consulte-se para esta temática João Francisco Marques, “A palavra e o livro”, in Carlos Moreira Azevedo (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 2..., pp. 402-409.

⁴⁰ João Francisco Marques, “A palavra e o livro”, in Carlos Moreira Azevedo (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 2..., p. 397..

⁴¹ Para este assunto confira-se João Francisco Marques, “O enquadramento pós-tridentino e as vivências do religioso”, in José Mattoso, (dir.), *História de Portugal*, volume quarto..., p. 295.